



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
E AO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

14ª REUNIÃO GTT SBCE

Data: 03 de dezembro 2024 - das 9h às 11h.

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, Edifício Sede, 3º andar, Sala de reunião SPE – R2.

Membros presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Aloisio Lopes Pereira Melo (Titular)	Diretor de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima
Ministério da Fazenda	José Pedro Bastos Neves (Suplente)	Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental
Ministério da Agricultura e Pecuária	Jorge Caetano Junior (Titular)	Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável, do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação
	Luis Eduardo Pacifici Rangel (Suplente)	Auditor Fiscal Federal Agropecuário - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Allan Razera (Titular)	Coordenador-Geral de Gestão do Conhecimento e Informações
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Paulo Alexandre de Toledo Alves (Titular)	Coordenador-Geral de Apoio aos Entes Subnacionais
Ministério de Minas e Energia	Leandro de Oliveira Albuquerque (Titular)	Assessor Especial
	José Nilton de Souza Vieira (Suplente)	Coordenador-Geral de Etanol e Biometano
Ministério de Povos Indígenas	Ary Pereira Bastos (Titular)	Coordenadora-Geral de Promoção a Justiça Ambiental e Climática
	Maike Torres de Sá Xavier (Suplente)	Coordenador de Gestão Ambiental para Justiça Climática - CAJUC
Ministério das Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Suplente)	Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE
Ministério dos Transportes	Fani Mamede (Suplente)	Chefe de Serviço de Assessoria
Secretaria-Geral da Presidência da República	Yumi Kawamura Gonçalves (Titular)	Coordenadora-geral de Apoio aos Entes Subnacionais
AGU (§8º do art. 5º do Regimento Interno do CIM)	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão	Representante	Cargo
MDIC	Larissa Carolina Loureiro Villarroel	
	Demetrio Florentino de Toledo Filho	
MAPA	Joao da Silva Abreu Neto	
	Jonathas de Alencar Moreira	

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE

Foi verificado o quórum e identificados os membros participantes.

A coordenação deste Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida.

2 – Aprovação do PL que institui o SBCE

Foi destacado o empenho de todos na construção coletiva do SBCE, parabenizando pela colaboração que resultou na aprovação da lei que instituiu o SBCE.

Foi ressaltado que o texto aprovado foi muito dialogado e foram citadas algumas modificações que ocorreram na última versão do projeto de lei para que a votação fosse pactuada.

Foram citados alguns pontos que poderiam ser matéria de apontamentos em parecer de sanção e veto que estão sendo conduzidos pelas diferentes pastas.

Foi comentado que seria interessante utilizar o evento de sanção do SBCE para realizar a assinatura do *PMI* em parceria com o Banco Mundial e lançar o sumário executivo do *Roadmap* elaborado em parceria com a *Adelphi*.

Foram elencados os próximos passos a serem abordados visando a regulamentação do SBCE, sendo: ITMOS, registro e definição do órgão gestor.

3 – Cronograma de Implementação e Órgão Gestor

Foi apresentado o cronograma de implementação do SBCE, considerando as 5 fases previstas no PL e baseado em 4 blocos de implementação, sendo eles: Design, escopo e ambição; Conformidade e fiscalização; Alocação, comércio e registro; e Governança e engajamento.

Foi comentada a intenção de solicitar a prorrogação do GT ao pleno do Comitê Interministerial de Mudança do Clima - CIM.

Foi apresentada a estrutura proposta para o desenho institucional do órgão gestor, detalhando as unidades organizacionais e suas respectivas atribuições no contexto das atividades e responsabilidades do SBCE. Foi acordado que seria proposto pautar o assunto na próxima reunião do Subcomitê Executivo do CIM. Foram conduzidas discussões sobre os papéis normatizadores e executores no contexto do SBCE.

Foi dialogado sobre a possibilidade de pautar a instituição de uma entidade transitória para conduzir os processos relacionados a regulamentação até a definição ou criação do órgão gestor, foi decidido que no momento não seria utilizada essa abordagem.

4 – Atualizações no contexto da COP e ITMOS

Foi relatado o processo de aprovação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que trata de ITMOS, na COP 29. Foi citado que em 2028 acontecerá a revisão do processo.

Foi comentado que são necessárias iniciativas para avançar no entendimento geral sobre o tema, na forma de cartilha ou instrumento similar.

Além disso, é necessário estabelecer as formas de colaboração e cooperação do Brasil com relação ao Art. 6.2, através do desenvolvimento do quadro normativo para condições de cooperação.

Outra discussão relevante nesse contexto é sobre a autorização e revogação de ITMOS em situações extraordinárias, assim como a demanda de elaboração de *templates* de cooperações.

Foi comentado que existem mais de 100 projetos no âmbito do MLD que já solicitaram a transição e que o número deve aumentar após autorização de projetos de desmatamento. Foi destacado que é necessário harmonizar para esses agentes não sejam prejudicados em face do novo regramento a ser estabelecido.

Foi realizada a proposta de elaboração de um plano de comunicação sobre o SBCE.

Foi relatado que a constituição do Artigo 6.4 foi aprovada no primeiro dia da COP29, que trata de metodologias e remoções, adaptando as metodologias do MDL e demais aspectos pendentes.

Foi comentado que é necessário ponderar sobre os custos associados aos processos e metodologias que serão elaborados. Além disso, será necessário ponderar como as regras do 6.4 harmonizarão com o SBCE e a interoperabilidade de registros e os sistemas de comunicação e *report*.

5 – Conclusão e próximos passos

Foi proposto elaborar o calendário de reuniões para o próximo ano.

Foi informado que serão compartilhados os materiais: *Roadmap* da *Adelphi* e apresentação sobre estrutura do órgão gestor.

Foi acordada a elaboração de um documento que resuma os próximos passos sobre os Artigos 6.2 e 6.4 no âmbito do Acordo de Paris para subsidiar a atualização da Nota Técnica sobre ITMOS previamente elaborada.

Foi combinado realizar alinhamento da Nota Conceitual sobre registro e novas informações sobre Artigo 6.2 e 6.4.

Será realizada a divulgação do evento de sanção da Lei que institui o SBCE.